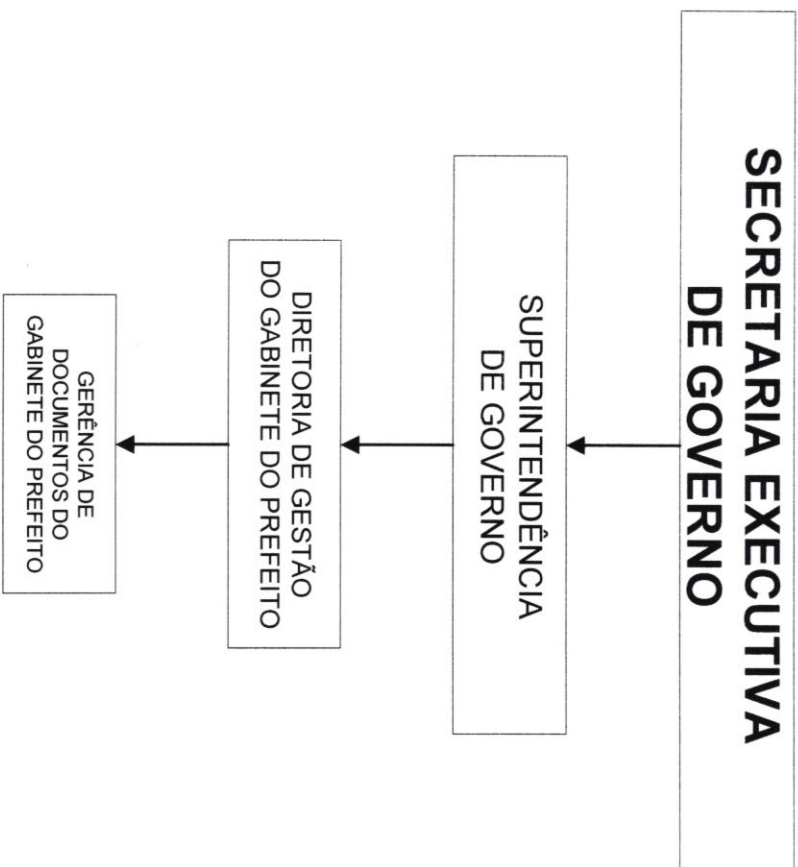


ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

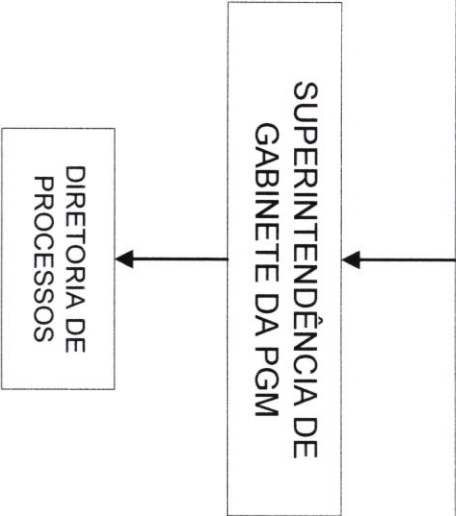
Referente ao § 1º do artigo 21 da presente Lei



[Handwritten signature]



**PROCURADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO**



**UNIDADE CENTRAL DE
CONTROLE INTERNO**

CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA
PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE
CONTROLE INTERNO

DIRETORIA DE
NORMATIZAÇÃO E GESTÃO
DE RESULTADOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUVIDORIA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DIRETORIA DE INTEGRIDADE
E TRANSPARÊNCIA

[Assinatura]



SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO
MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

SUPERINTENDÊNCIA DE
ADMINISTRAÇÃO GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE
PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

SUPERINTENDÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRETORIA
DE SUPORTE
ADMINISTRATIVO

DIRETORIA DE
DEFESA DO
CONSUMIDOR

DIRETORIA DE
RECURSOS
HUMANOS

DIRETORIA DE
TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO

DIRETORIA DE
PUBLICIDADE

GERÊNCIA DE
GESTÃO DE
DOCUMENTOS

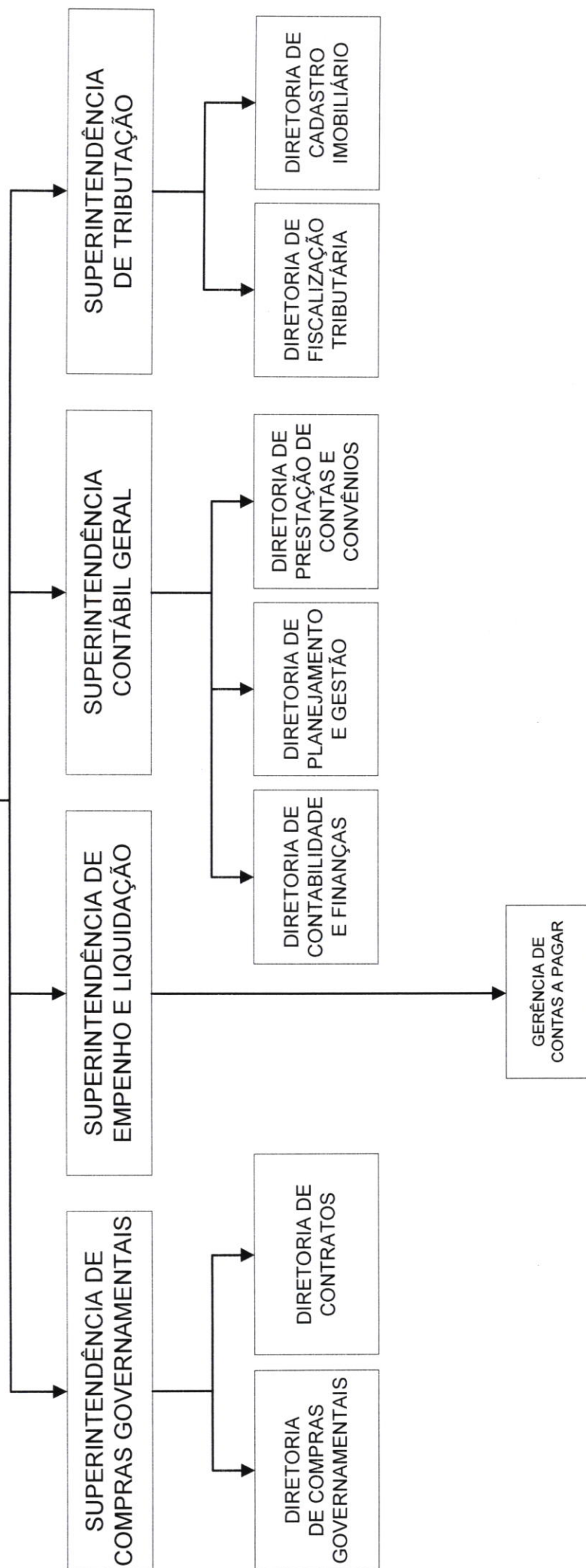
GERÊNCIA
DE RH DA
ADMINISTRAÇÃO
GERAL

GERÊNCIA DE
RH DA SAÚDE

GERÊNCIA
DE RH DA
EDUCAÇÃO

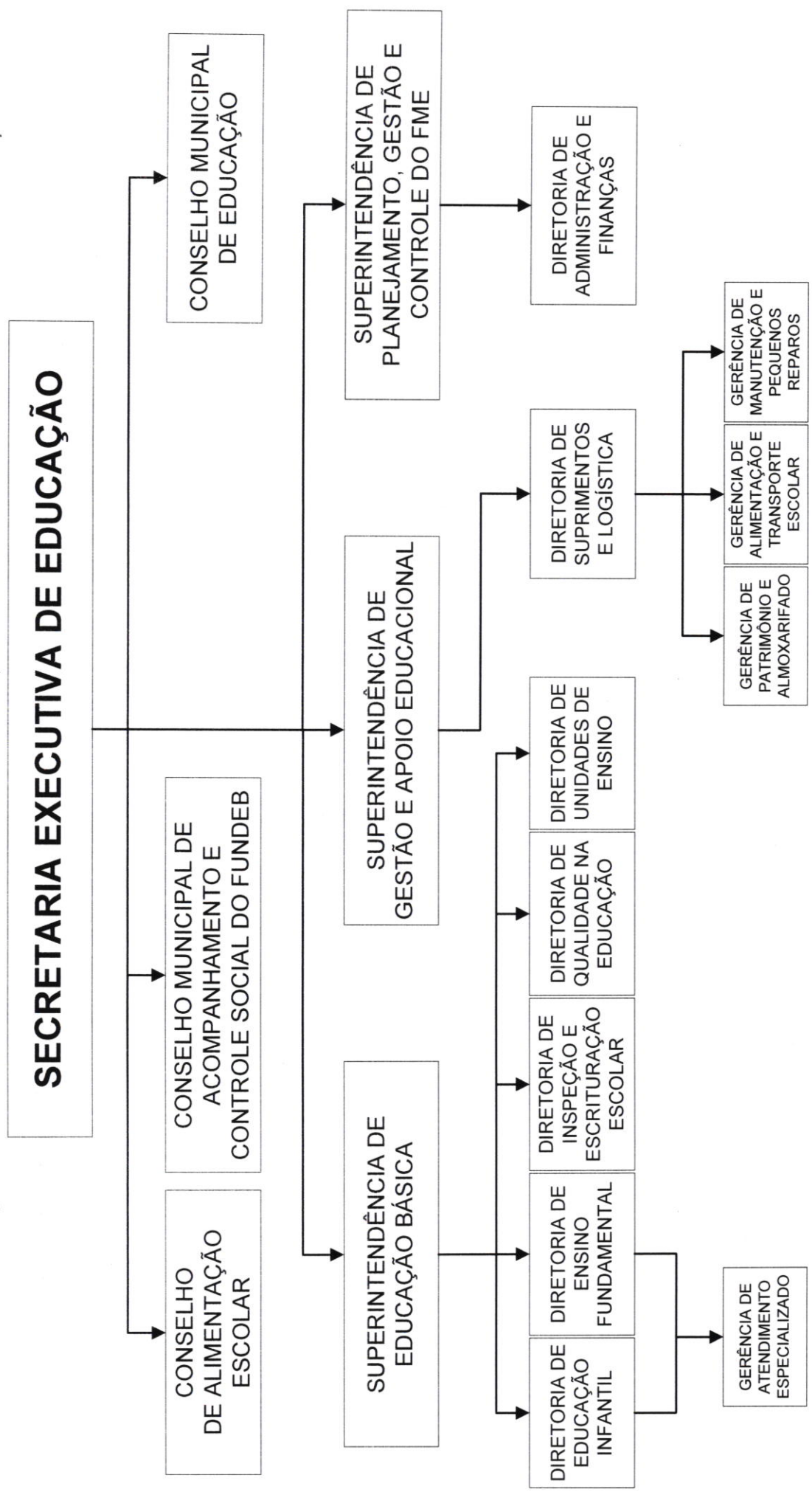
GERÊNCIA DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

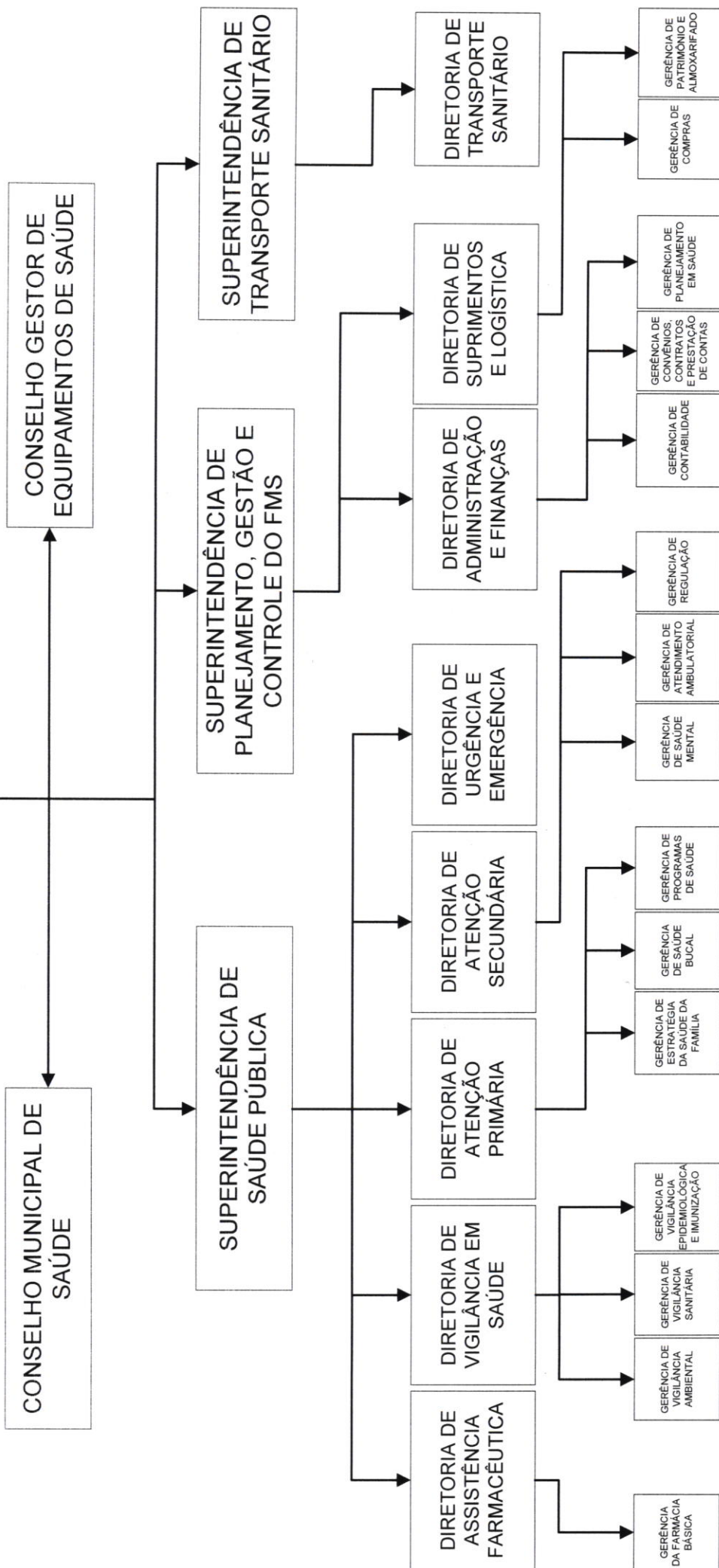


[Handwritten signature]

[Assinatura]

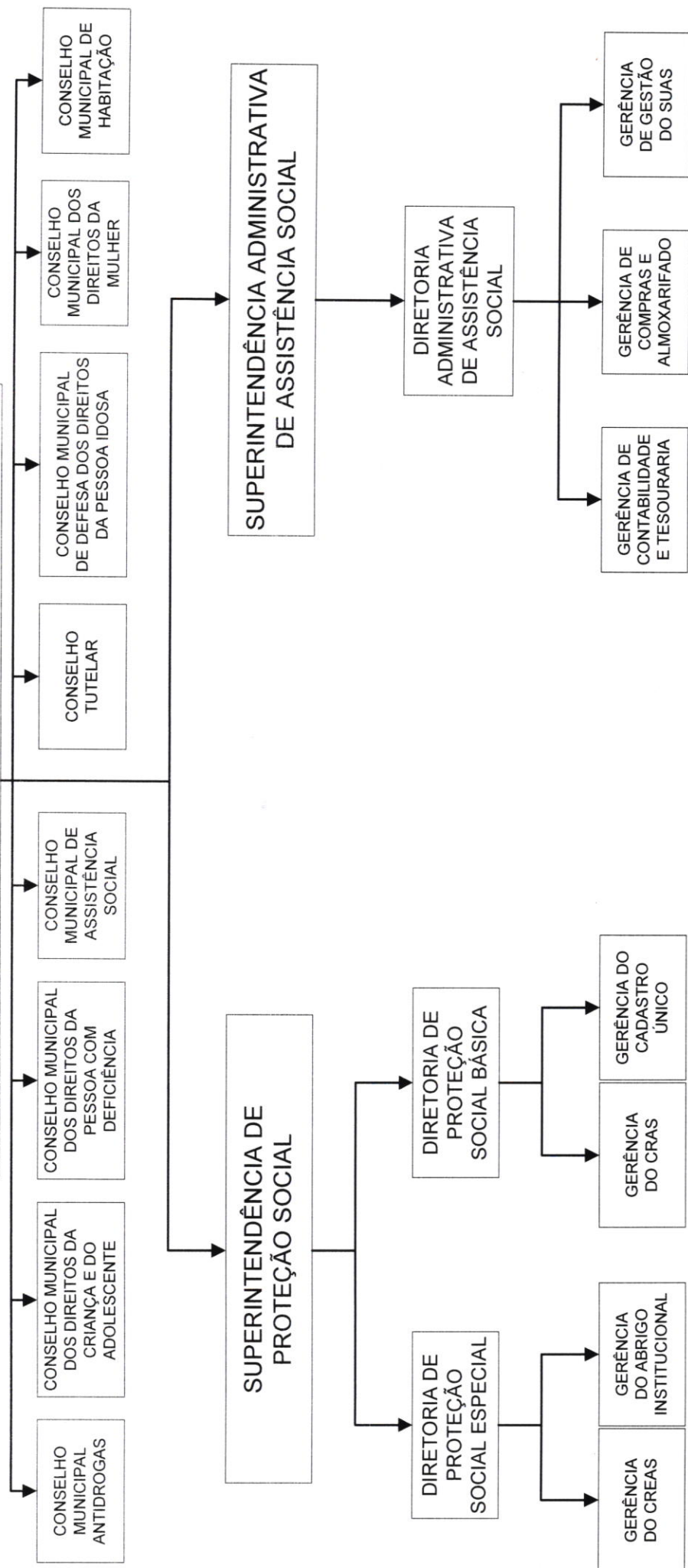


SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE



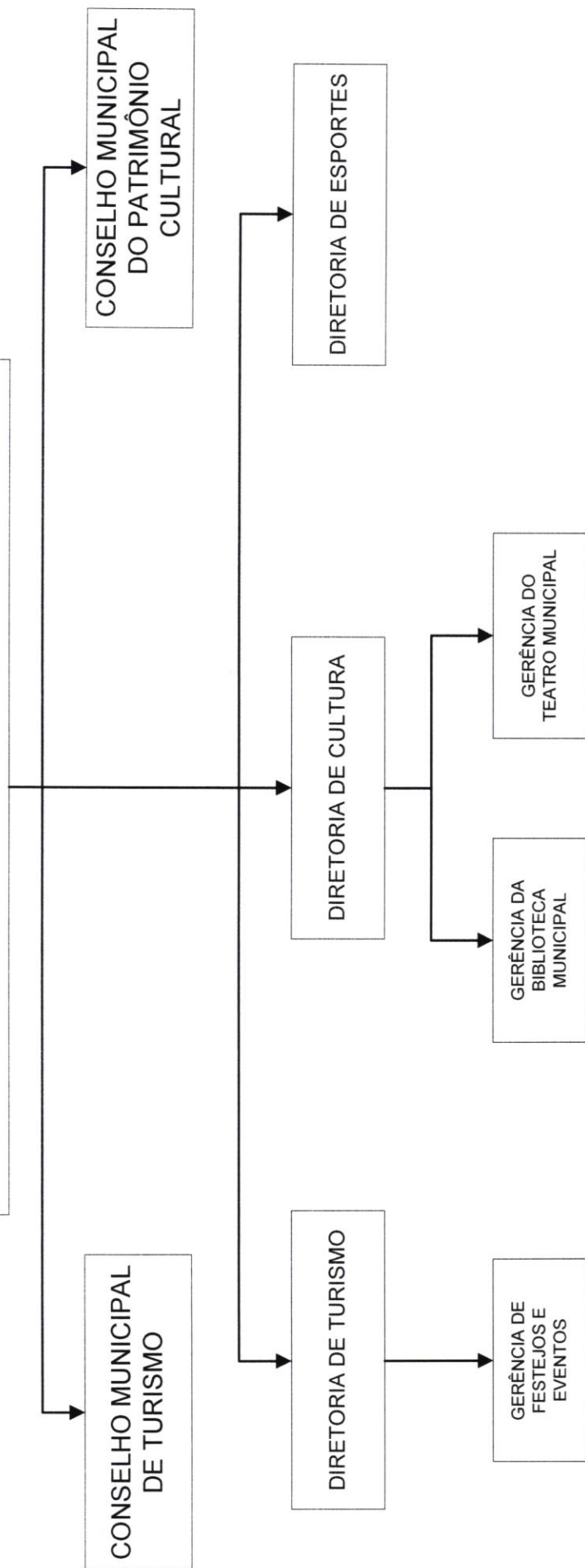
[Handwritten signature]

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



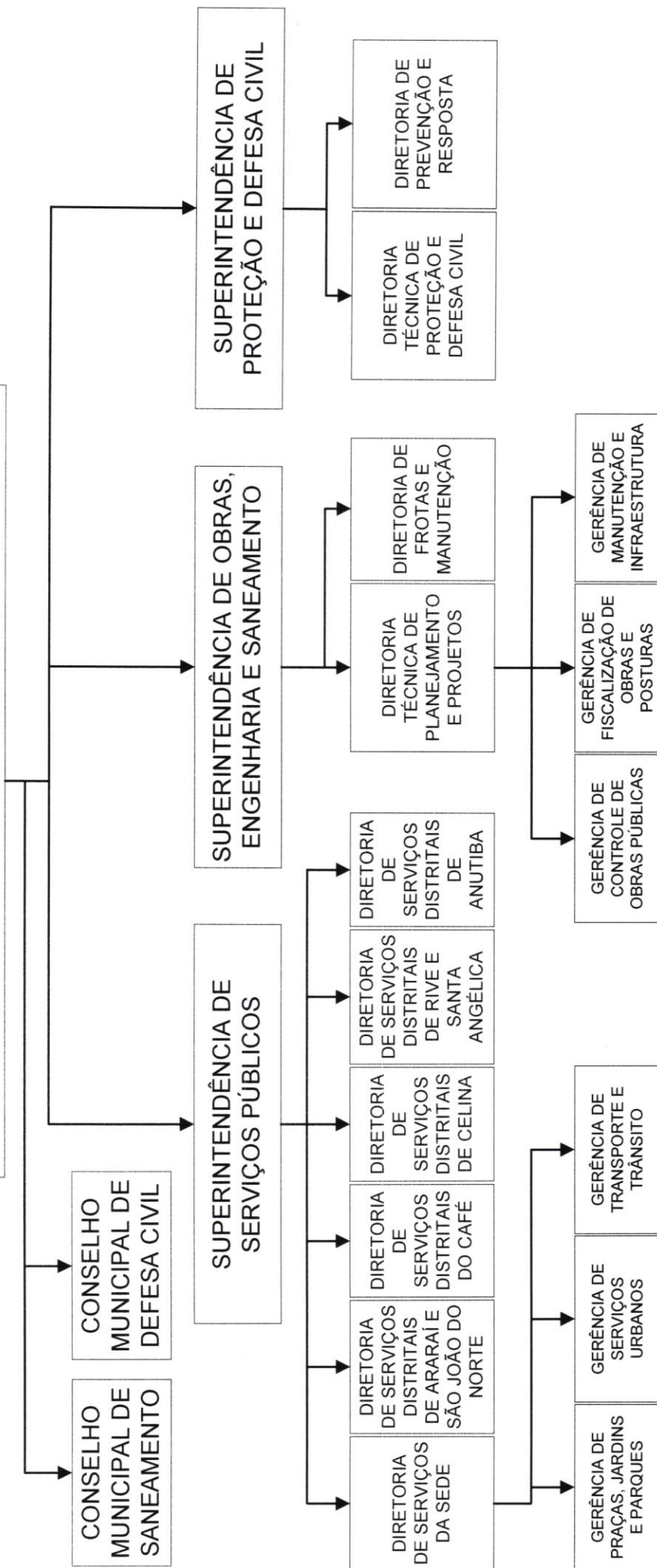
[Handwritten signature]

SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES



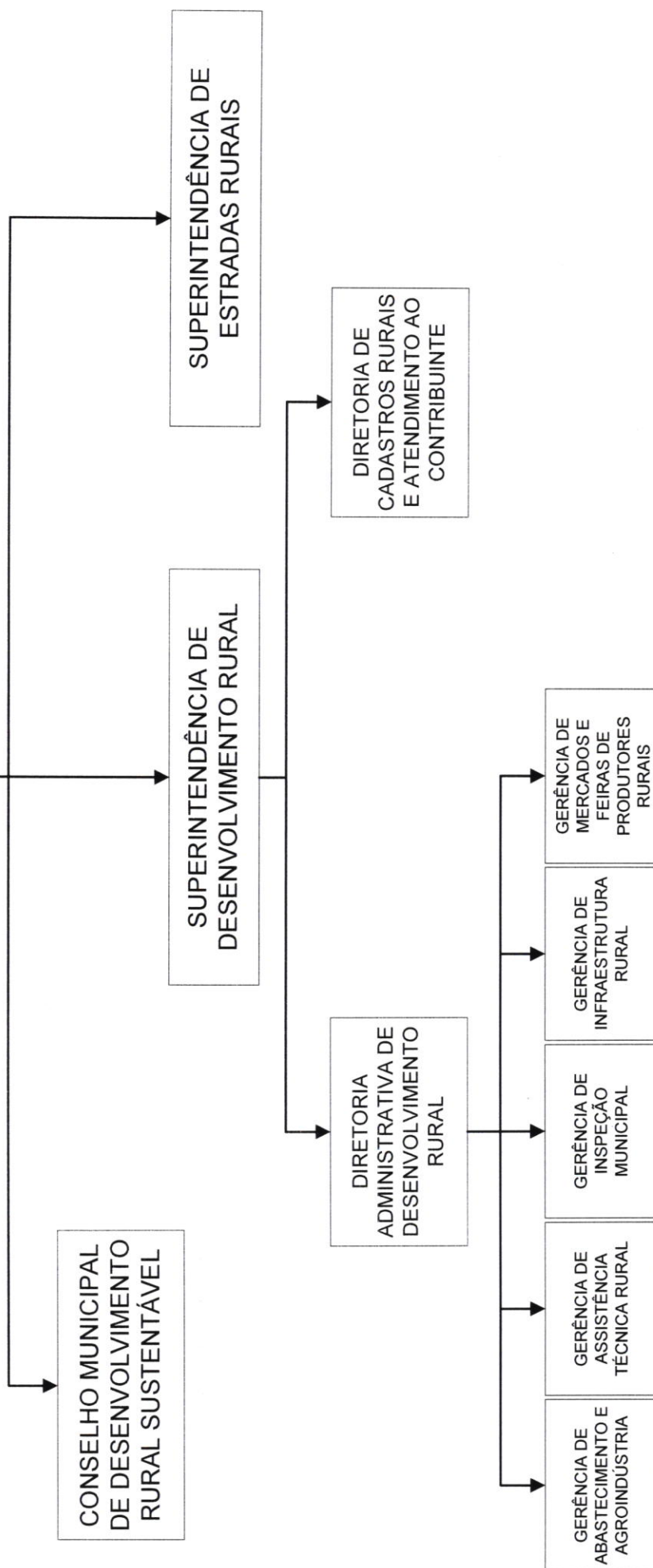
[Handwritten signature]

SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS, SANEAMENTO E SERVIÇOS URBANOS



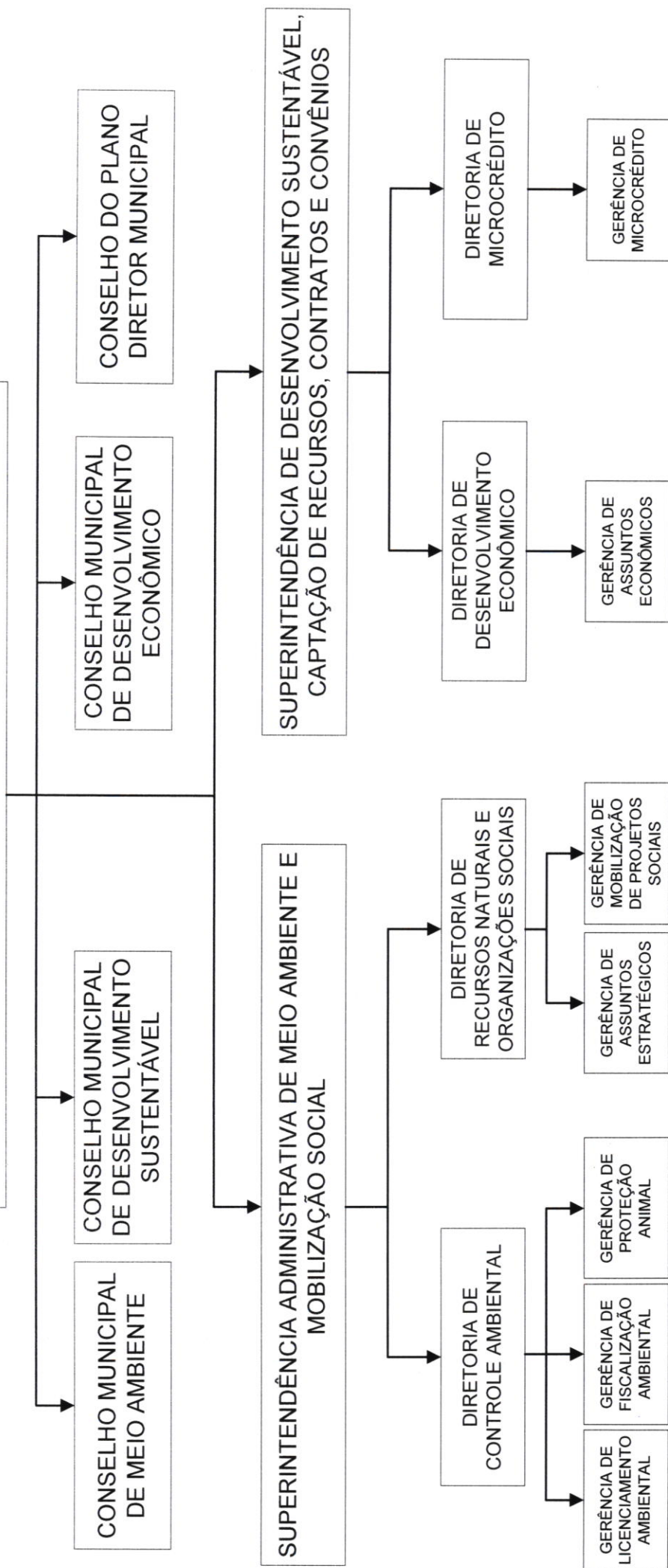
[Handwritten signature]

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL



[Handwritten signature]

SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



[Handwritten signature]

ANEXO IV

ANEXO IV
QUADRO DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO
(Quantidades, Referências e Remuneração)
Referente ao artigo 193 da presente Lei.

ID.	CARGO	QUANT.	REF.	SUBSÍDIO (R\$)
01	Controlador Geral do Município	01	DAS	4.960,80
02	Procurador Geral do Município	01	DAS	4.960,80
03	Secretário Municipal	10	DAS	4.770,00
04	Superintendente	26	DSP	2.535,52
05	Diretor	52	DAP	1.653,60
06	Diretor de Unidade de Ensino 1	08	DUE 1	2.057,22
07	Diretor de Unidade de Ensino 2	04	DUE 2	2.317,80
08	Diretor de Unidade de Ensino 3	03	DUE 3	2.421,12
09	Diretor de Unidade de Ensino 4	04	DUE 4	2.535,52
10	Gerente	54	GAP	1.412,00
TOTAL		163	-	-



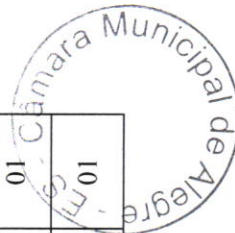
ANEXO II

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Referente ao § 1º dos artigos 167, 169, 171 e 173, artigos 181, 182, 183, 200, *caput* e § 4º, da presente Lei.

GRUPO ADMINISTRATIVO - DAS - DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR			
Secretarias Executivas, Procuradoria e Controle			
CARGO	CÓD	ESCOLARIDADE/REQUISITO	QT
Secretário Executivo de Governo	SEGOV	Nível médio completo	01
Procurador Geral do Município	PGM	Nível superior em Direito com registro na OAB	01
Controlador Geral do Município	CGM	Nível superior em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.	01
Secretário Executivo de Administração	SEAD	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Finanças e Planejamento	SEFIP	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Educação	SEED	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Saúde	SESA	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Assistência Social e Direitos Humanos	SEASDH	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Cultura, Turismo e Esportes	SECUTE	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Obras, Saneamento e Serviços Urbanos	SEOSU	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Desenvolvimento Rural	SEDER	Nível médio completo	01
Secretário Executivo de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	SEMADS	Nível médio completo	01



GRUPO ADMINISTRATIVO - DSP - DIRIGENTES DO SERVIÇO PÚBLICO

Superintendências

CARGO	CÓD	UNIDADE VINCULADA	ESCOLARIDADE/REQUISITO	QT
Superintendente de Governo	SGOV	SEGOV	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Gabinete da PGM	SGP	PGM	Nível superior em Direito com registro na OAB	01
Superintendente de Controle Interno	SCI	UCCI	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	SOPS		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Administração Geral	SUAD	SEAD	Nível médio completo	01
Superintendente de Comunicação Social	SCOS		Nível médio completo	01
Superintendente de Patrimônio e Almoxarifado	SPA		Nível médio completo	01
Superintendente de Compras Governamentais	SCOMPG	SEFIP	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Empenho e Liquidação	SEL		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Tributação	STTRIB		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente Contábil Geral	SCTG		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Educação Básica	SUEB	SEED	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Gestão e Apoio Educacional	SUGAE		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Planejamento, Gestão e Controle do FME	SUPGC/FME		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Saúde Pública	SUSP	SESA	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Planejamento, Gestão e Controle do FMS	SUPGC/FMS		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Transporte Sanitário	STS		Nível médio completo	01

Câmara Municipal de Alegre

[Assinatura]

Superintendente de Proteção Social	SPS	SEASDH	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente Administrativo de Assistência Social	SAAS	SEOSU	Nível médio completo	01
Superintendente de Serviços Públicos	SSP		Nível médio completo	01
Superintendente de Obras, Engenharia e Saneamento	SOES		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendência de Proteção e Defesa Civil	SPDC		Nível médio completo	01
Superintendente de Desenvolvimento Rural	SDR	SEDER	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Estradas Rurais	SER	SEMADS	Nível médio completo	01
Superintendente Administrativo de Meio Ambiente e Mobilização Social	SAMAMS		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Superintendente de Desenvolvimento Sustentável, Captação de Recursos, Contratos e Convênios	SUDSCRCC		Nível médio completo	01

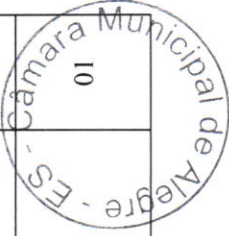


[Handwritten signature]

GRUPO ADMINISTRATIVO - DAP - DIREÇÃO DE ÁREAS DE APOIO

Diretorias

CARGO	CÓD	UNIDADE VINCULADA	ESCOLARIDADE/REQUISITO	QT
Diretor de Gestão do Gabinete do Prefeito	DGGP	SEGOV	Nível médio completo	01
Diretor de Processos	DPR	PGM	Nível médio completo	01
Diretor de Normatização e Gestão de Resultados	DNGR	UCCI	Nível médio completo	01
Diretor de Integridade e Transparência	DINT		Nível médio completo	01
Diretor de Suporte Administrativo	DSAD	SEAD	Nível médio completo	01
Diretor de Defesa do Consumidor	DDCON		Nível médio completo	01
Diretor de Recursos Humanos	DRH		Nível médio completo	01
Diretor de Tecnologia da Informação	DTI		Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Diretor de Publicidade	DPUBL	SEFIP	Nível médio completo	01
Diretor de Compras Governamentais	DCOMPG		Nível médio completo	01
Diretor de Fiscalização Tributária	DFIT		Nível médio completo	01
Diretor de Cadastro Imobiliário	DCIM		Nível médio completo	01
Diretor de Contabilidade e Finanças	DCONF		Nível médio completo	01
Diretor de Planejamento e Gestão	DPLAG		Nível médio completo	01
Diretor de Contratos	DCONT		Nível médio completo	01
Diretor de Prestação de Contas e Convênios	DPECC		Nível médio completo	01



[Handwritten signature]

Diretor de Educação Infantil	DEI	SEED	Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	01
Diretor de Ensino Fundamental	DEF		Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	01
Diretor de Inspeção e Escrituração Escolar	DIEE		Nível médio completo	01
Diretor de Qualidade na Educação	DQE		Nível médio completo	01
Diretor de Unidades de Ensino	DUE 1		Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	08
Diretor de Unidades de Ensino	DUE 2		Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	04
Diretor de Unidades de Ensino	DUE 3		Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	03
Diretor de Unidades de Ensino	DUE 4		Nível superior na área do Magistério nos termos da LDB.	04
Diretor de Suprimentos e Logística	DSL/FME		Nível médio completo	01
Diretor de Administração e Finanças	DAF/FME		Nível médio completo	01
Diretor de Assistência Farmacêutica	DASF	SESA	Nível superior, tecnólogo ou técnico em Saúde	01
Diretor de Vigilância em Saúde	DVS		Nível superior, tecnólogo ou técnico em Saúde	01
Diretor de Atenção Primária	DAP		Nível superior, tecnólogo ou técnico em Saúde	01
Diretor de Atenção Secundária	DAS		Nível superior, tecnólogo ou técnico em Saúde	01
Diretor de Urgência e Emergência	DURE		Nível superior, tecnólogo ou técnico em Saúde	01
Diretor de Administração e Finanças	DAF/FMS		Nível médio completo	01
Diretor de Suprimentos e Logística	DSL/FMS		Nível médio completo	01
Diretor de Transporte Sanitário	DTS		Nível médio completo	



Diretor de Proteção Social Especial	DPSE	SEASDH	Nível médio completo	01
Diretor de Proteção Social Básica	DPSB		Nível médio completo	01
Diretor Administrativo de Assistência Social	DAAS		Nível médio completo	01
Diretor de Turismo	DTUR	SECUTE	Nível médio completo	01
Diretor de Cultura	DCUT		Nível médio completo	01
Diretor de Esportes	DES		Nível médio completo	01
Diretor de Serviços da Sede	DSS	SEOSU	Nível fundamental completo	01
Diretor de Serviços Distritais	DSD		Nível fundamental completo	05
Diretor Técnico de Planejamento e Projetos	DTPP		Nível fundamental completo	01
Diretor de Frotas e Manutenção	DFM		Nível médio completo	01
Diretor Técnico de Proteção e Defesa Civil	DTPDC		Nível médio completo	01
Diretor de Prevenção e Resposta	DPRER		Nível médio completo	01
Diretor Administrativo de Desenvolvimento Rural	DADR	SEDER	Nível médio completo	01
Diretor de Cadastros Rurais e Atendimento ao Contribuinte	DCRAC		Nível médio completo	01
Diretor de Controle Ambiental	DCA	SEMADS	Nível médio completo	01
Diretor de Recursos Naturais e Organizações Sociais	DRNOS		Nível médio completo	01
Diretor de Desenvolvimento Econômico	DDE		Nível médio completo	01
Diretor de Microcrédito	DMC		Nível médio completo	01



GRUPO ADMINISTRATIVO - GAP - GERÊNCIA DE ÁREAS DE APOIO

Gerências

CARGO	CÓD	UNIDADE VINCULADA	ESCOLARIDADE/REQUISITO	QT
Gerente de Documentos do Gabinete do Prefeito	GDGP	SEGOV	Nível médio completo	01
Gerente de Gestão de Documentos	GGD	SEAD	Nível médio completo	01
Gerente de Recursos Humanos da Administração Geral	GRHA		Nível médio completo	01
Gerente de Recursos Humanos da Saúde	GRHS		Nível médio completo	01
Gerente de Recursos Humanos da Educação	GRHE		Nível médio completo	01
Gerente de Tecnologia da Informação	GTI	SEFIP	Nível superior, tecnólogo ou técnico em qualquer área	01
Gerente de Contas a Pagar	GCOP		Nível médio completo	01
Gerente de Atendimento Especializado	GAESP	SEED	Nível médio completo	01
Gerente de Patrimônio e Almoxarifado	GPA/FME		Nível médio completo	01
Gerente de Alimentação e Transporte Escolar	GATE		Nível médio completo	01
Gerente de Manutenção e Pequenos Reparos	GMPR		Nível fundamental completo	01
Gerente da Farmácia Básica	GFB	SESA	Nível médio completo	01
Gerente de Vigilância Ambiental	GVA		Nível médio completo	01
Gerente de Vigilância Sanitária	GVS		Nível médio completo	01
Gerente de Vigilância Epidemiológica e Imunização	GVEI		Nível médio completo	01
Gerente de Estratégia da Saúde da Família	GESF		Nível médio completo	01
Gerente de Saúde Bucal	GSB		Nível médio completo	01



Gerente de Programas de Saúde	GPS		Nível médio completo	01
Gerente de Saúde Mental	GSME		Nível médio completo	01
Gerente de Atendimento Ambulatorial	GAA		Nível médio completo	01
Gerente de Regulação	GRE		Nível médio completo	01
Gerente de Contabilidade	GCONT		Nível médio completo	01
Gerente de Convênios, Contratos e Prestação Contas	GCPC		Nível médio completo	01
Gerente de Planejamento em Saúde	GPLANS		Nível médio completo	01
Gerente de Compras	GCO		Nível médio completo	01
Gerente de Patrimônio e Almoxarifado	GPA/FMS		Nível médio completo	01
Gerente do CREAS	CREAS	SEASDH	Nível médio completo	01
Gerente do Abrigo Institucional	GAI		Nível médio completo	01
Gerente do CRAS	CRAS		Nível médio completo	01
Gerente do Cadastro Único	GCU		Nível médio completo	01
Gerente de Contabilidade e Tesouraria	GCT		Nível médio completo	01
Gerente de Compras e Almoxarifado	GCA		Nível médio completo	01
Gerente de Gestão do SUAS	GSUAS		Nível médio completo	01
Gerente de Festejos e Eventos	GFE	SECUTE	Nível médio completo	01
Gerente da Biblioteca Municipal	GBM		Nível médio completo	01
Gerente do Teatro Municipal	GTM		Nível médio completo	01



Gerente de Praças, Jardins e Parques	GPJP	SEOSU	Nível fundamental completo	01
Gerente de Serviços Urbanos	GSU		Nível fundamental completo	01
Gerente de Transporte e Trânsito	GTT		Nível fundamental completo	01
Gerente de Controle de Obras Públicas	GCOPU		Nível médio completo	01
Gerente de Fiscalização de Obras e Posturas	GFOP		Nível médio completo	01
Gerente de Manutenção e Infraestrutura	GMI	SEDER	Nível fundamental completo	01
Gerente de Abastecimento e Agroindústria	GAGRO		Nível fundamental completo	01
Gerente de Assistência Técnica Rural	GATR		Nível médio completo	01
Gerente de Inspeção Municipal	GIM		Nível médio completo	01
Gerente de Infraestrutura Rural	GIR		Nível fundamental completo	01
Gerente de Mercados e Feiras de Produtores Rurais	GMFPR	SEMADS	Nível fundamental completo	01
Gerente de Licenciamento Ambiental	GLA		Nível médio completo	01
Gerente de Fiscalização Ambiental	GFA		Nível médio completo	01
Gerente de Assuntos Estratégicos	GAE		Nível médio completo	01
Gerente de Mobilização e Projetos Sociais	GMPS		Nível médio completo	01
Gerente de Assuntos Econômicos	GAE		Nível médio completo	01
Gerente de Microcrédito	GMC		Nível médio completo	01
Gerente de Proteção Animal	GPA		Nível médio completo	01



[Handwritten signature]



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

ANEXO – III

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LRF, REFERENTE AO CARGO DE SUPERINTENDENTE DE ESTRADAS RURAIS.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias;

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora;

CONSIDERANDO que o índice de gasto com pessoal do poder executivo do município de Alegre atingiu 43,39% (quarenta e três vírgula trinta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, apurado até novembro de 2023, portanto, menor que o limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento);

CONSIDERANDO que o montante da Receita Corrente Líquida, base de cálculo para o gasto com pessoal, é utilizado para quitar despesas correntes que não são de pessoal tais como auxílio alimentação, prestação de serviços, material de



Consumo dentre outras despesas correntes devendo ser considerado para impacto financeiro e disponibilidade de caixa;

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente. Os valores propostos compreendem a **contratação para o cargo de SUPERINTENDENTE DE ESTRADAS RURAIS**, bem como o recolhimento de encargos patronais, cuja previsão de despesa foi calculada com base no atual quadro de servidores do município de Alegre-ES e planilhas de levantamento elaboradas pelo setor de recursos humanos.

Considerando a realidade do município para este exercício financeiro, bem como o gasto com pessoal de Janeiro a Novembro de 2023, **estima-se que o montante a ser gasto até o final do exercício em curso chegue a R\$ 61.191.634,81 (sessenta e um milhões cento e noventa e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos).**

Para o ano de 2024, estimamos que o acréscimo na folha de pagamento mensal do município de ALEGRE-ES será de R\$ 3.620,16 (Treis Mil, Seiscentos e Vinte Reais e Dezesesseis Centavos), totalizando um valor para o ano de 2024 de R\$ 39.821,76 conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo:

Programação de pagamento (exercício atual + 2 subsequentes)			
Mês	Valor (R\$)		
	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício 2026
Janeiro		R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Fevereiro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Março	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Abril	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Maio	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16



Junho	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Julho	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Agosto	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Setembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Outubro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Novembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Dezembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Total Anual	R\$ 39.821,76	R\$ 43.441,92	R\$ 43.441,92

Conforme disposto do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal existe a obrigatoriedade de elaboração de impacto orçamentário – in verbis.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

*I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;
II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

Para o ano de **2024**, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante aproximado de R\$ 143.700.000,00 (cento e quarenta e três milhões e setecentos mil reais) e prevê-se uma despesa com pessoal no total de R\$ 65.150.000,00 (sessenta e cinco milhões e cento e cinquenta mil reais) aproximadamente, resultando em um percentual de gasto com pessoal projetado de **45,33% (quarenta e cinco vírgula trinta e três por cento)**, **INFERIOR** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF que é de 54,00% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.



Para o exercício de **2025**, a estimativa é de que a receita atinja o montante de R\$ 151.000.000,00 (cento e cinquenta e um milhões) e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 69.050.000,00 (sessenta e nove milhões e cinquenta mil reais) aproximadamente, considerando um crescimento de 5,00% (cinco por cento) em relação ao valor considerado em 2024, resultando em um percentual de gasto com pessoal estimado de **45,72% (quarenta e cinco vírgula setenta e dois por cento)**, índice este, **INFERIOR** ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Para o ano de **2026**, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante aproximado de R\$ 159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) e prevê-se uma despesa com pessoal no total de R\$ 72.500.000,00 (setenta e dois milhões e quinhentos mil reais) aproximadamente, resultando em um percentual de gasto com pessoal projetado de **45,60% (quarenta e cinco vírgula sessenta por cento)**, **INFERIOR** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF que é de 54,00% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF, conforme demonstrado a seguir:





CALCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2024	143.700.000,00	65.150.000,00	45,33
2025	151.000.000,00	69.050.000,00	45,72
2026	159.000.000,00	72.500.000,00	45,60

Salientamos ainda que, em todas as projeções consideramos uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

No que diz respeito à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que não poderão ser utilizados para pagamento da folha de pessoal do executivo municipal, gerando com isso, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento. Somente a título de exemplo, demonstramos a seguir algumas das receitas arrecadadas pelo município, que fazem parte da RCL-Receita Corrente Líquida, e que **não podem ser utilizados para pagamento de pessoal**:

VALORES INTEGRANTES DA RCL IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL
Descrição
Contribuição para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública
Remuneração Depósito Bancário Recursos Vinculados
Receitas de Serviços
Royalties Estadual
Royalties Federal
Transferências Federal SUS (Exceto PACS e PSF)
Transferências Fundo de Assistência Social
Transferências do FNDE
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Farmácia Básica Estadual - Saúde
Transferência Convênio de Custeio
Transferência Convênio Transporte Escolar



Portanto, além das projeções de gasto com pessoal, calculada com base no Orçamento Anual de 2024, para comportar os acréscimo propostos em tela, **é imprescindível que o gestor continue adotando medidas para redução de gasto com pessoal** e leve em consideração as receitas vinculadas apresentadas anteriormente, pois apesar de fazerem parte da RCL-Receita Corrente Líquida do município, as mesmas **não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento de pessoal.**

Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, os valores pleiteados se encontram devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2024.

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas previstas nas leis orçamentárias, entende-se que os valores objeto de estudo deste impacto não irão prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Alegre- ES, para o exercício de 2024. Nota-se que os percentuais estimados não ultrapassam o Limite Prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e o limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). Considera-se ainda que todas as despesas mencionadas a cada impacto serão, conseqüentemente, somadas aos impactos posteriores. Em conseqüente, devem ser observados e avaliados o impacto financeiro das receitas com vinculação específica, que integram a receita corrente líquida utilizada como base de cálculo de apuração do gasto com pessoal, mas que não podem ser utilizadas para pagamento da Folha.

Alegre - ES, 11 de janeiro de 2024.


ROGÉRIO JOSÉ SIQUEIRA
Secretário Executivo de Finanças



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRA

ANEXO – I

Na qualidade de Secretário Municipal de Finanças do Município de Alegre - ES, DECLARO para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000, que o objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se dentro da previsão de gasto com pessoal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2024 sobre a ótica orçamentária, e que o índice de gasto com pessoal projetado para o exercício ficou em **45,33% (quarenta e cinco virgula trinta e três por cento)**, sendo **inferior** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF 54,00% (cinquenta e quatro por cento) e **inferior** ao limite prudencial 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento).

Considerando as informações apresentadas no Impacto, saliento a importância em observar o Princípio Contábil da Prudência, bem como o art. 1 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em que determina o equilíbrio entre as contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre a receita e a despesa. Ressaltando, ainda, a importância em observar as receitas com vinculação específica, tendo que em vista que estas integram a base de cálculo para apuração dos limites constitucionais, mas não podem ser utilizadas para pagamento de despesa com pessoal, podendo resultar num descompasso financeiro para o Município arcar com a folha de pagamento, bem como prejudicar outras ações de governo.

Alegre- ES, 11 de janeiro de 2024.


ROGÉRIO JOSÉ SIQUEIRA
Secretário Executivo de Finanças



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)

ANEXO – III

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LRF, REFERENTE AO CARGO DE SUPERINTENDENTE DE ESTRADAS RURAIS.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário- financeiro, na forma de que tratam os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias;

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora;

CONSIDERANDO que o índice de gasto com pessoal do poder executivo do município de Alegre atingiu 43,39% (quarenta e três vírgula trinta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, apurado até novembro de 2023, portanto, menor que o limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento);

CONSIDERANDO que o montante da Receita Corrente Líquida, base de cálculo para o gasto com pessoal, é utilizado para quitar despesas correntes que não são de pessoal tais como auxílio alimentação, prestação de serviços, material de



Consumo dentre outras despesas correntes devendo ser considerado para impacto financeiro e disponibilidade de caixa;

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente. Os valores propostos compreendem a **contratação para o cargo de SUPERINTENDENTE DE ESTRADAS RURAIS**, bem como o recolhimento de encargos patronais, cuja previsão de despesa foi calculada com base no atual quadro de servidores do município de Alegre-ES e planilhas de levantamento elaboradas pelo setor de recursos humanos.

Considerando a realidade do município para este exercício financeiro, bem como o gasto com pessoal de Janeiro a Novembro de 2023, **estima-se que o montante a ser gasto até o final do exercício em curso chegue a R\$ 61.191.634,81 (sessenta e um milhões cento e noventa e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos).**

Para o ano de 2024, estimamos que o acréscimo na folha de pagamento mensal do município de ALEGRE-ES será de R\$ 3.620,16 (Treis Mil, Seiscentos e Vinte Reais e Dezesesseis Centavos), totalizando um valor para o ano de 2024 de R\$ 39.821,76 conforme demonstrado abaixo:

Demonstrativo:

Programação de pagamento (exercício atual + 2 subsequentes)			
Mês	Valor (R\$)		
	Exercício 2024	Exercício 2025	Exercício 2026
Janeiro		R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Fevereiro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Março	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Abril	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Maior	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16



Junho	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Julho	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Agosto	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Setembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Outubro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Novembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Dezembro	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16	R\$ 3.620,16
Total Anual	R\$ 39.821,76	R\$ 43.441,92	R\$ 43.441,92

Conforme disposto do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal existe a obrigatoriedade de elaboração de impacto orçamentário – in verbis.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;
II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Para o ano de **2024**, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante aproximado de R\$ 143.700.000,00 (cento e quarenta e três milhões e setecentos mil reais) e prevê-se uma despesa com pessoal no total de R\$ 65.150.000,00 (sessenta e cinco milhões e cento e cinquenta mil reais) aproximadamente, resultando em um percentual de gasto com pessoal projetado de **45,33% (quarenta e cinco vírgula trinta e três por cento)**, **INFERIOR** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF que é de 54,00% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.



Para o exercício de **2025**, a estimativa é de que a receita atinja o montante de R\$ 151.000.000,00 (cento e cinquenta e um milhões) e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 69.050.000,00 (sessenta e nove milhões e cinquenta mil reais) aproximadamente, considerando um crescimento de 5,00% (cinco por cento) em relação ao valor considerado em 2024, resultando em um percentual de gasto com pessoal estimado de **45,72% (quarenta e cinco vírgula setenta e dois por cento)**, índice este, **INFERIOR** ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Para o ano de **2026**, a estimativa é de que a receita corrente líquida atinja o montante aproximado de R\$ 159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) e prevê-se uma despesa com pessoal no total de R\$ 72.500.000,00 (setenta e dois milhões e quinhentos mil reais) aproximadamente, resultando em um percentual de gasto com pessoal projetado de **45,60% (quarenta e cinco vírgula sessenta por cento)**, **INFERIOR** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF que é de 54,00% (cinquenta e quatro por cento), **INFERIOR** ao limite prudencial que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF, conforme demonstrado a seguir:





CALCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2024	143.700.000,00	65.150.000,00	45,33
2025	151.000.000,00	69.050.000,00	45,72
2026	159.000.000,00	72.500.000,00	45,60

Salientamos ainda que, em todas as projeções consideramos uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

No que diz respeito à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que não poderão ser utilizados para pagamento da folha de pessoal do executivo municipal, gerando com isso, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento. Somente a título de exemplo, demonstramos a seguir algumas das receitas arrecadadas pelo município, que fazem parte da RCL-Receita Corrente Líquida, e que **não podem ser utilizados para pagamento de pessoal**:

VALORES INTEGRANTES DA RCL IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL
Descrição
Contribuição para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública
Remuneração Depósito Bancário Recursos Vinculados
Receitas de Serviços
Royalties Estadual
Royalties Federal
Transferências Federal SUS (Exceto PACS e PSF)
Transferências Fundo de Assistência Social
Transferências do FNDE
CIDE-Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Farmácia Básica Estadual - Saúde
Transferência Convênio de Custeio
Transferência Convênio Transporte Escolar



Portanto, além das projeções de gasto com pessoal, calculada com base no Orçamento Anual de 2024, para comportar os acréscimo propostos em tela, **é imprescindível que o gestor continue adotando medidas para redução de gasto com pessoal** e leve em consideração as receitas vinculadas apresentadas anteriormente, pois apesar de fazerem parte da RCL-Receita Corrente Líquida do município, as mesmas **não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento de pessoal.**

Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, os valores pleiteados se encontram devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual de 2024.

Finalmente quanto às metas fiscais e as metas previstas nas leis orçamentárias, entende-se que os valores objeto de estudo deste impacto não irão prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Alegre- ES, para o exercício de 2024. Nota-se que os percentuais estimados não ultrapassam o Limite Prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), e o limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). Considera-se ainda que todas as despesas mencionadas a cada impacto serão, conseqüentemente, somadas aos impactos posteriores. Em conseqüente, devem ser observados e avaliados o impacto financeiro das receitas com vinculação específica, que integram a receita corrente líquida utilizada como base de cálculo de apuração do gasto com pessoal, mas que não podem ser utilizadas para pagamento da Folha.

Alegre - ES, 11 de janeiro de 2024.


ROGÉRIO JOSÉ SIQUEIRA
Secretário Executivo de Finanças



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRA

ANEXO - I

Na qualidade de Secretário Municipal de Finanças do Município de Alegre - ES, DECLARO para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000, que o objeto de levantamento de impacto orçamentário e financeiro, encontra-se dentro da previsão de gasto com pessoal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2024 sobre a ótica orçamentária, e que o índice de gasto com pessoal projetado para o exercício ficou em **45,33% (quarenta e cinco virgula trinta e três por cento)**, sendo **inferior** ao limite máximo estabelecido através do Parágrafo Único do art. 20 da LRF 54,00% (cinquenta e quatro por cento) e **inferior** ao limite prudencial 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento).

Considerando as informações apresentadas no Impacto, saliento a importância em observar o Princípio Contábil da Prudência, bem como o art. 1 da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em que determina o equilíbrio entre as contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre a receita e a despesa. Ressaltando, ainda, a importância em observar as receitas com vinculação específica, tendo que em vista que estas integram a base de cálculo para apuração dos limites constitucionais, mas não podem ser utilizadas para pagamento de despesa com pessoal, podendo resultar num descompasso financeiro para o Município arcar com a folha de pagamento, bem como prejudicar outras ações de governo.

Alegre- ES, 11 de janeiro de 2024.

ROGÉRIO JOSÉ SIQUEIRA
Secretário Executivo de Finanças